

África difícil: A primeira missão diplomática brasileira ao sul do continente africano através do diário de Raymundo de Souza Dantas

Mariana Schlickmann¹

RESUMO

Este artigo pretende analisar a experiência pioneira do corpo diplomático brasileiro em África, de 1961 a 1964. Raymundo de Souza Dantas, o embaixador enviado para a missão - e também o primeiro negro embaixador do Ministério das Relações Exteriores -, escreveu e publicou um diário sobre este período, que será utilizado como a principal fonte desta pesquisa, junto com fontes bibliográficas. O objetivo é compreender como o Itamaraty desenvolveu suas ações no continente africano, qual o papel de Dantas e a visão do embaixador acerca deste processo. Além disso, reconstituir uma perspectiva diplomática, apoiada em uma mudança da percepção do lugar do Brasil no mundo e da importância do estreitamento das relações com o continente africano, como chave para o desenvolvimento econômico e social do país.

PALAVRAS-CHAVE: História, Estudos Africanos, Raymundo de Souza Dantas.

“A paixão pela África contrai-se como a uma febre”

¹ Mestra em História e Doutoranda na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: mariana.schli@gmail.com

DESSARRE, Eve apud DANTAS, Raymundo de Souza

INTRODUÇÃO

África e Brasil, como já é sabido, possuem um relacionamento de séculos. O país, desde os tempos do Império, recebia missões diplomáticas de reinos africanos, com todas honras padrões para as ocasiões (PRADO, 1955). Porém, com o fim da escravidão e em seguida a independência, o Brasil cortou laços temporariamente com o continente ancestral. Em meados do século XX, iniciou-se um movimento de reaproximação, liderado pelo Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty e respaldado pela PEB (Política Externa Brasileira), elaborada em conjunto com a presidência do país.

Este contexto de reaproximação não se deu de forma abrupta, mas foi um processo lento, construído cautelosamente desde o período da presidência de Getúlio Vargas até chegar à presidência de Jânio Quadros (MACHADO, 2017, p.21), que revolucionou a política brasileira para África. Quadros nomeou como chanceler Afonso Arinos, autor da primeira lei de discriminação racial do país. Arinos, estava inserido no debate racial no país – que será debatido ao longo do artigo -, e compreendia a importância deste para a construção de um relacionamento que não tivesse premissas coloniais com o continente africano. Nesse emblemático momento de reconstrução e redirecionamento da política externa brasileira, uma figura exerceu um papel chave nessa nova abordagem ao continente africano, Raymundo de Souza Dantas. Não por acaso, o primeiro negro embaixador do Brasil.

Raymundo de Souza Dantas nasceu em 1923, na cidade de Estância, interior de Sergipe. Seu pai, Reis Café Souza Dantas era pintor, e sua mãe, Porfíria Conceição Dantas era lavadeira. Ambos eram analfabetos, e tiveram mais dois filhos. Dantas começou a trabalhar ainda criança para ajudar no sustento da família, e apesar de ter frequentado a escola, só se alfabetizou a partir dos 16 anos, quando trabalhou como tipógrafo no *Jornal de Sergipe*.

Mudou-se para o Rio de Janeiro aos 18 anos e passou a se dedicar a literatura² e ao jornalismo. Foi adido de imprensa de Jânio Quadros até 1961, quando foi convidado pelo presidente para ser embaixador em Gana, no continente africano (DANTAS, 1949).

Esta atitude de Jânio Quadros, para Jerry Dávila:

É um exemplo típico de sua presidência curta e quixotesca em seu desejo de romper com o passado, sua rejeição à burocracia profissional e sua confiança em um aliado próximo para ocupar uma posição importante. Jânio fez o mesmo com outras embaixadas recém-criadas no norte da África (D'ÁVILA, 2011, p.59).

A nomeação de Dantas para a primeira embaixada brasileira no continente africano foi polêmica em dois sentidos. Primeiro, por ignorar a hierarquia do Itamaraty e nomear uma pessoa que não era diplomata de carreira

² O autor publicou oito livros ao longo de sua carreira.

para uma embaixada recém-criada, e que, portanto, exigia experiência para organizar o órgão.

Segundo, por escolher um homem negro para uma embaixada em África. Esta ação foi interpretada por muitos como uma tentativa de pôr em prática o discurso da democracia racial - que será debatido ao longo deste artigo – e construir uma imagem do Brasil que seria exportada para o continente africano, a da convivência harmoniosa entre brancos e negros no país.

Para outros, como José Honório Rodrigues, escolher uma pessoa sem a qualificação necessária para trabalhar em território africano somente por ser negra, foi uma prática de racismo às avessas (RODRIGUES, 1964, p. 379). O presidente de Gana, Kwane Nkrumah, chegou a falar ironicamente, e de forma pública, que a melhor prova da integração racial brasileira seria a indicação de um embaixador negro para países brancos (saraiva, 1996, P. 90).

O fato é que a sociedade brasileira, nas últimas décadas por ação do Movimento Negro e pesquisadores acadêmicos, tem-se percebido como profundamente desigual e que estas desigualdades estão entranhadas nas instituições, e a nomeação de Dantas não revolucionou as estruturas do Ministério das Relações Exteriores. Pelo contrário, grande parte do sofrimento e insucesso de sua missão deveu-se ao racismo que ele sofreu de seus colegas de trabalho, tanto de seus superiores quanto de seus subordinados.

É pontuar ressaltar que somente após exatos 50 anos, outro homem negro acessou ao mesmo posto que Dantas, o que demonstra o racismo institucional imperativo dentro do órgão.³ Em 2011, Benedicto Fonseca Filho foi promovido a embaixador. Dentro da hierarquia do Itamaraty, Benedicto é considerado o primeiro negro diplomata de carreira, pois foi o primeiro a acessar o cargo por concurso, passando por todos os estágios de promoção.⁴

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: UMA VITRINE DO BRASIL

Um dos possíveis motivos para a nomeação de Dantas foi a tentativa de salvar o mito da democracia racial no Brasil, e continuar vendendo essa imagem do país. Para compreender do que se trata, antes necessário entender como e por que esse imaginário foi elaborado e o impacto deste conceito na sociedade brasileira da década de 1960, pois ele adveio de uma necessidade mais antiga,

³ Neste artigo, o conceito de racismo institucional refere-se a: “fazer referência aos obstáculos não palpáveis que condicionam o acesso aos direitos por parte de grupos vulnerabilizados, o conceito de Racismo Institucional refere-se a políticas institucionais que, mesmo sem o suporte da teoria racista de intenção, produzem consequências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais”. (Rex, 1987, p. 185 *apud* Souza, 2011, p. 97).

⁴ Atualmente, o Itamaraty possui o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, criado em 2002, que financia os estudos de candidatos afrodescendentes. O objetivo deste programa tentar equiparar a desigualdade racial histórica dentro da instituição. Entretanto, ainda existem críticas tanto a desigualdade racial quanto de gênero dentro do órgão.

de uma sociedade em processo de Abolição da escravatura e findando a monarquia.

No contexto do final do século XIX e início do século XX, como pondera Lilian Schwarcz,

Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p.24).

Naquele período, o Brasil estava deixando para trás um passado escravista e monárquico para se tornar uma república oligárquica, cuja constituição, em termos formais garantia a igualdade e transformava toda a população em cidadãos.

Neste primeiro momento, o debate racial foi acerca de quem teria acesso, e em que níveis, a cidadania. Assim, as escolas de medicina e direito debateram as teorias raciais em uma perspectiva de naturalizar as diferenças, biologizando as hierarquias sociais.

Esse projeto de cidadania elitista não contou com a participação da sociedade e das lutas populares, ao contrário, foi imposta de cima para baixo, sem estender a cidadania a essa nova nacionalidade brasileira republicana e democrática. Como afirma Antônio Sérgio Guimarães:

[...] o imaginário elitista da nacionalidade aspirou — nas suas versões mais liberais — a uma raça mestiça que incorporasse negros e índios. Por isso, Peter Wade (1993, p. 3) tem razão quando diz que os pretos e os índios são incorporados mais "como candidatos potenciais à miscigenação" que como cidadãos plenos. De fato, eles foram excluídos desde sempre da cidadania, pelo processo mesmo de sua emancipação que os transformou numa subclasse. (GUIMARÃES, 1995, p. 41)

Neste período de racismo científico e teorias raciais, as populações eram divididas em raças, e o homem branco era tido o ápice na escala da "evolução" e o negro caracterizado unicamente em termos negativos, ainda em processo "evolutivo". Por isso, como a mestiçagem era uma séria ameaça à "pureza" das populações/nações, devia a todo custo ser evitada (SCHWARCZ, 1993, p. 82).

Entretanto, a mestiçagem era a percebida como a principal marca do país, e considerada um problema a ser enfrentado. Os intelectuais da época encontraram uma saída adaptando as principais teorias de moda a não considerar a miscigenação como um empecilho. Do Darwinismo social adotou-se a ideia da naturalização da hierarquia entre as diferentes raças, e do evolucionismo social a perspectiva de constante evolução e aperfeiçoamento. Assim surgiu uma espécie de teoria híbrida que contornava o problema da mestiçagem, pois ela levaria ao branqueamento e aperfeiçoamento.

Na década de 1930, o problema racial ganhou destaque novamente, no governo Getúlio Vargas, que buscou repensar a questão da identidade nacional, em um período de imigração europeia em massa para o país e da Segunda Guerra Mundial (PEREIRA, 1991, p.73). O debate foi guiado por de um dos mais

proeminentes pesquisadores na década de 1930, Gilberto Freyre (1900-1987), autor de duas obras clássicas do período: *Casa Grande & Senzala*, de 1933 e *Sobrados e Mocambos*, publicada em 1936. Ele sofisticou as discussões e a adaptação das teorias raciais acerca da mestiçagem e do branqueamento, positivando definitivamente essa característica da identidade nacional brasileira.

Freyre reforçou a importância de Portugal na constituição do Brasil, mas abriu espaço para a contribuição das populações indígenas e africanas, mesmo que em menor proporção, pois para ele o protagonismo era português e, os africanos, coadjuvantes neste contexto histórico. O autor deu um novo significado para a mestiçagem, tornando o elemento fundante da civilização brasileira.

Para ele, a miscigenação proporcionou a convivência harmoniosa das três raças que construíram o país (indígena, africana e europeia). É pontual recordar que em 1939, Getúlio Vargas criou o “Dia da Raça”, a ser celebrado em 10 de junho, reservado à celebração da miscigenação brasileira. Em 1963 também foi criado o “Dia do Samba”, também neste esforço de corroborar a cultura miscigenada do país (LEITE, 2018, p.37).

Além da falta de cidadania, a democracia racial e a posituação da miscigenação estavam ancoradas em um ideal de “embranquecimento” que seria resultado da mistura entre as raças, uma vez que este prisma do racismo via o sangue branco como purificador, que absorveria as não-brancas do país.

Logo, o racismo no Brasil não foi enfrentado de maneira direta, pois o discurso na academia e na sociedade era de que ele era inexistente, já que o país era uma democracia racial. A partir deste conceito, construiu-se uma interpretação do Brasil, na qual Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Caio Prado Júnior foram intérpretes e ocuparam um papel fundamental. E em um mundo de tensões raciais, o Brasil se lançou em uma vitrine com esse novo modelo de governo, com base nessa convivência.

O Estado Novo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda e adesão entusiástica das elites brasileiras, se esforçou em divulgar e vender essa imagem, pois ele construía uma visão positiva do país, e buscou silenciar vozes afros nos emergentes centros urbanos acerca das desigualdades presentes entre os descendentes de africanos.

Se por um lado, tal perspectiva serviu para impulsionar os estudos afro-brasileiros, sob liderança de Gilberto Freyre, em termos diplomáticos, de outro, não significou uma aproximação com os países africanos nesse período, tanto que sua principal relação era com o regime de *Apartheid* da África do Sul. Isso ocorreu somente nos anos 1960, com um novo projeto de país e uma nova configuração mundial que pressionou o Brasil a rever suas posições. Deste modo, mudanças ocorreram e então utilizou-se do mito da democracia racial para uma aproximação com os países da África Austral, antagonizando e procurando apontar um Brasil onde a população negra não se diferenciava da branca, já que possuía “até” embaixadores negros.

O CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA ÁFRICA

Como dissemos no começo do texto, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, as relações entre o Brasil e o continente africano foram praticamente nulas, salvo a criação de um Consulado de Carreira na África do Sul em 1918, que possuía funções estritamente comerciais até 1948, quando foi inaugurada uma representação diplomática sul-africana no Rio de Janeiro e da legação brasileira em Pretória (PENNA FILHO, 2001, p.69).

De 1957 a 1960, 21 países africanos proclamaram independência, contudo, o governo de Juscelino Kubistchek não se pronunciou a respeito deste importante momento histórico (SARAIVA, 2012, p. 31). Os esforços do governo no âmbito da política externa voltavam-se para a expansão da influência na América Latina e junto aos Estados Unidos (RAMPILELLI, 2007, p. 97). Nas votações sobre as colônias africanas nas reuniões da ONU, que procuravam pressionar tanto Portugal quanto a França pelo fim do colonialismo, o Brasil manteve uma postura de distanciamento, ao mesmo tempo em que apoiava com voto favorável aos países colonizadores nos conselhos da ONU, procurando, no entanto, não chamar atenção para tal fato (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 62).

Todavia, deve-se destacar que, ainda na década de 1950, começou a surgir no Itamaraty um tímido interesse pelo continente africano, expresso na carta do diplomata Osvaldo Aranha, enviada ao presidente JK, na qual se posicionava favorável a revisão da política exterior brasileira e das ações do país frente ao problema colonial (FERREIRA, 2013, p. 60).

Em 1957 foi registrado também o primeiro memorando no âmbito da Divisão Política do Itamaraty acerca de África. O diplomata Sergio Corrêa Lago, autor do documento, reconhecia a falta de conhecimento sobre África e Ásia e sugeriu uma missão aos dois continentes, com a finalidade de cortesia e observação. A partir das informações coletadas, dever-se-ia estabelecer ações de modo a proporcionar ao Brasil influência sobre países destes dois continentes (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 63).

A ONU considerou 1960 como o ano da África, devido aos novos Estados em surgimento no continente. Em relação ao Brasil, toda a década de 60 foi marcada por profundas transformações nas relações com países africanos.

As mudanças ocorreram com a posse de Jânio Quadros⁵ na presidência da República, momento de anúncio da “Política Externa Independente”, que decretou diretrizes até então inéditas nas relações internacionais brasileiras, pois almejava:

A expansão das exportações brasileiras para qualquer país – inclusive socialistas; a defesa do direito internacional e da autodeterminação dos povos; a não-intervenção nos assuntos internos de outras nações; a paz, o desarmamento e a coexistência pacífica; o apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda dependentes; e

⁵ Jânio Quadros foi diplomado presidente em 31 de janeiro de 1961, e renunciou ao cargo em 25 de agosto do mesmo ano.

a formulação autônoma dos planos nacionais de desenvolvimento e encaminhamento da ajuda externa (SANTANA, 2004, p. 31).

Ainda, em 1961, foi criada a Divisão de África no Itamaraty e em seguida três embaixadas foram instituídas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria). A escolha destes locais pautou-se numa perspectiva estratégica, uma vez que Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo como um futuro parceiro comercial. Por sua vez, Gana, consistia em centro estratégico na África Ocidental, detentora de grande expressão política e maior exportadora de cacau do mundo. Foi para este país que Raymundo Souza Dantas foi nomeado embaixador.

Designado para ser o exemplo da democracia racial brasileira, teve sua primeira experiência com o racismo da instituição que representava logo na chegada à Accra, pois não pode ocupar a residência oficial de embaixador por meses, tendo que morar em uma série de hotéis, sem residência fixa. Tal fato ocorreu porque o encarregado de organizar a embaixada antes da vinda de Dantas, Sérgio Corrêa Lago, se sentiu ofendido por ter um chefe negro e recusou-se a deixar a residência oficial da embaixada. Ele inclusive queixou-se oficialmente ao MRE ao saber quem seria o novo embaixador, que simplesmente ignorou a situação (DÁVILA, 2011, p.60).

UMA ANÁLISE DO DIÁRIO DE RAYMUNDO SOUZA DANTAS

Para nós, do campo da História, o uso de diários como fonte histórica é algo recente, que contrapõe à Escola Histórica do século XIX, que buscava narrativas de vidas públicas, e não privadas. Áreas como Literatura, por outro lado, se debruçam sobre seu estudo com propriedade há muito mais tempo.

Os diários são uma escrita de si, onde os sujeitos se constroem e se inventam pela narrativa, eles se constituem modos de conhecer e de se fazer conhecer. Para Maria Teresa Santos Cunha:

Considerando-se a escrita como ferramenta de uso social, estes testemunhos (auto) biográficos são atos de memória que dão ensejo a percepções/representações de um tempo. Ainda como reduto de sensibilidades, os diários íntimos, na qualidade de fontes históricas, prestam-se a um processo de interpretação, uma vez que comportam o simbólico podendo-se, através deles, compor histórias. Laços, fios e nós entre os indivíduos vão, pela narrativa, formando tecidos, malhas, redes, história de encontros, de desencontros, de proximidades, de distâncias perceptíveis (CUNHA, 2007, p. 47).

Neste sentido, o diário de Raymundo de Souza Dantas é uma fonte que merece um olhar cuidadoso, pois ele tem duas particularidades. Primeiro, foge do padrão de quem escreve diários: normalmente é uma escrita feminina, de mulheres e meninas solteiras, no período da adolescência e até a transição vida adulta. Quando se casam, usualmente deixam esta prática de lado (CUNHA, 2007, p. 49). Obviamente, há diários masculinos, pois, o fato de haver um padrão

não significa que há uma regra absoluta.⁶ O diário tem algumas funções, como produzir sentidos e construir significados à ordem existente, e o de Dantas cumpriu este papel. Inserido em um mundo completamente novo, o diário o ajudou a dar sentido e expressar sensibilidades neste período (CUNHA, 2013, p. 115).

Segundo, é que o diário foi publicado, por vontade do autor. Dantas também era escritor, com sete livros publicados antes de se tornar embaixador.⁷ Por isso, era um homem que dominava o mundo das letras, e sabia se expressar muito bem através da escrita. Isso nos leva a indagar: ele já redigiu o diário com a intenção de publicá-lo? Se foi o caso, isso certamente direcionou a forma como o registrou. Por outro lado, se inicialmente esta não era sua intenção, antes da publicação, ele fez correções e alterações, visando um público leitor e a crítica da sociedade.

O diário não é somente uma escrita de si, mas também uma forma de arquivamento do eu, de selecionar memórias e lembranças que devem ser guardadas para a posteridade, para quem sabe, um futuro leitor. Assim, criamos uma imagem, para nós mesmos e também para os outros, que podem por um acaso se deparar com os nossos registros e abrir as páginas que contêm extratos da nossa vida. Philippe Artières argumentou:

Sempre arquivamos nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). Prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte (ARTIÈRES, 1998, p. 32).

Logo, tanto a construção de uma narrativa sobre si quanto o arquivamento do eu guia, de forma consciente ou inconsciente, a forma como o autor redigiu suas memórias e posteriormente as publicou.

O diário, que contém 123 páginas, foi dividido em quatro partes: *África Difícil* contém uma introdução e contextualização do que era o continente africano e Gana no entendimento do autor. *Missão Condenada: Diário*, é o diário em si e é a parte mais longa da publicação. *Presença Brasileira: Ontem e Hoje* é epílogo do livro. *Participação Política* abarcou uma pesquisa histórica.

Já de início, na primeira frase de *África Difícil*, o autor explicitou que esta seria a sua primeira e única experiência como embaixador, mas não aprofundou os motivos. As pistas para tal sentença foram dadas ao longo da narrativa.

⁶ A título de exemplo, o “Diário de campo do capitão Carlos Lamarca” é um diário masculino de grande repercussão. Lamarca foi ex-capitão dissidente do Exército Brasileiro assassinado pela ditadura militar na década de 1970. Durante seu exílio no sertão baiano, ele escreveu um diário que mais tarde veio à tona e foi publicado.

⁷ São eles: *Sete palmos de Terra* (1944), *Agonia* (1945), *Solidão nos Campos* (1949), *Vigília da noite* (1949), *Um começo de vida* (1949), *Reflexão dos 30 anos* (1958), *O lado da sombra* (1961).

Dantas iniciou seu diário falando de Gana, o país onde foi alocado pelo Itamaraty, que em sua opinião, era um exemplo a ser seguido para as demais nações africanas:

Gana representava, sem dúvida, nessa área cada vez mais nervosa e reivindicativa, impaciente, não só o centro político de maior evidência, mas também o exemplo a seguir, o Estado-piloto propriamente dito, em face de suas ousadas e ambiciosas realizações, buscando edificar uma sociedade original e harmônica (DANTAS, 1965, p. 13).

Raymundo de Souza Dantas vislumbrava em Gana um mundo de possibilidades otimistas e perspectivas de desenvolvimento, e atribuía grande parte disto ao seu líder, Kwame Nkrumah, que era venerado como um deus pelos ganeses, em sua opinião.

Visitou diversos países durante seu tempo de serviço, em especial, Togo e Daomé. Contudo, sua fala era sempre generalizante, falando dos “africanos” como um só povo, ao invés de se referir a ganeses, togoleses, daomeanos. E em seu entendimento, eles eram nervosos e impacientes, em busca constante de “vencer o atraso” em que se encontrava o continente.

Ele foi testemunha ocular da ruptura com o colonialismo e os novos governos que assumiram os países recém-independentes, assistindo ao jogo de influências dos ex-colonizadores, como a França, que a seu ver, era o mais influente na região onde viveu. Viu a implantação de regimes democráticos e autoritários, da disputa do socialismo x capitalismo, e ao fazer uma análise geral sobre a situação da África naquele momento, concluiu que:

O africano está condenado a originalidade, pois todos os seus problemas exigem soluções diferentes. Assim no terreno das instituições políticas, assim na organização dos quadros administrativos, assim no campo do ensino e da cultura, enfim, em todas as frentes de atividades (DANTAS, 1965, p. 17).

Por ser um diário que foi publicado pela iniciativa do autor, podemos ver que, inicialmente, suas críticas foram amenizadas e nomes não foram citados. Provavelmente, Raymundo optou por essa escolha para não criar conflitos com o Itamaraty, para evitar possíveis processos e para não ir de encontro com a recém implantada ditadura civil-militar no Brasil naquele ano de 1965. Ele mesmo confirmou, no final da primeira parte do diário que “nem tudo que vivi, que senti ou que testemunhei, porém, está nessas notas, pois antes de mais o que desejo não é comprometer, mas colaborar no sentido de que elabore uma política africana livre de preconceitos e completos” (Idem, p. 21).

Podemos ver uma crítica sem um alvo definido quando ele toca, pela primeira vez, na questão racial: “Na tentativa de estabelecer intimidade maior, na minha convivência de dois anos com o ganense, não precisei fazer-me negro entre negros, **conforme pretendia alguém**, para melhor compreender a alma do africano” (grifo da autora) (Idem, p. 14).

Não sabemos dizer quem seria este alguém, mas Dantas seguiu falando da consciência de sua cor e ancestralidade, e reforçou que estes não foram os elementos que garantiram a proximidade que conquistou com os ganeses, mas

que foi mérito de seu esforço e empenho. Esta primeira crítica reflete o tom do diário, marcado pela consciência do racismo e pelo sofrimento que este o infligiu, conforme afirmou no final da primeira parte:

Quanto a minha experiência propriamente dita, ela está nas notas que compõem o diário que se segue, através do qual se poderá avaliar o penoso que foram, e por vezes dramáticos, estes meus dois anos e pouco de África, numa missão de antemão condenada (Idem, p. 21).

A missão já estava condenada antes mesmo de começar pois ele teve que enfrentar o racismo de seus pares a partir do momento em que foi nomeado por Jânio Quadros. E como já foi citado neste artigo, em um primeiro momento, nem a residência oficial do embaixador ele pode ocupar, por seu subordinado se negar a receber ordens de um homem negro. Com toda a infraestrutura e boa vontade de sua equipe, sua missão já seria difícil e desafiadora. Nestas condições de trabalho, Dantas foi assertivo em chamá-la de condenada. Além disso, Jânio renunciou pouco tempo depois de nomeá-lo, e João Goulart assumiu a presidência do país em seu lugar. A proteção e apoio que Jânio daria para que missão obtivesse sucesso já não estava mais garantida, pois Goulart, apesar de dar continuidade aos projetos e modo de governar de Quadros, tinha outras preocupações, problemas e prioridades.

Na segunda parte de sua publicação, *Missão condenada: diário*, o autor iniciou seus registros a partir de 03 de fevereiro e 1963, dois anos depois do começo sua jornada como embaixador, em retorno de férias. Seu primeiro relato comparou a sua chegada a Dacar dois anos antes. Sua fala era angustiada e triste ao constatar que os sonhos e esperanças que tinha se transformaram em pesadelo e em uma experiência penosa (Idem, p. 25).

Já no primeiro mês sua escrita foi irregular: as vezes escreveu todos os dias da semana, as vezes escreveu sem anotar a data e as vezes ficou dias sem escrever. Seus temas eram variados: a rotina da embaixada, suas visitas e eventos oficiais, os livros que estava lendo e que pretendia ler. Entretanto, seu principal tema eram opiniões sobre o panorama político e história dos países africanos. Este foi o principal assunto a que se dedicou, pois, sua intenção era justamente fornecer informações aos brasileiros sobre África. Ele citou que conhecia muito pouco sobre o continente, e que seu imaginário era povoado por imagens deturpadas, e que gostaria de proporcionar uma outra perspectiva aos seus leitores.

Outro assunto recorrente foi a questão racial e seu conflito com a sua ancestralidade africana. Ele tinha consciência dela e se sentia pressionado por várias frentes para se “sentir africano”. Isso gerou inquietações em Dantas, que se reafirmou como brasileiro e ocidental:

[...] chego à conclusão de que, por motivos vários, todos relevantes, eu não poderia sentir-me em casa. Nem mesmo por ser negro, considerado descendente de africano. O meu mundo é outro, como também a minha civilização, apesar de todos os pontos de contato e familiaridades existentes entre os dois universos (Idem, p. 36).

Mas sua ocidentalidade e erudição não o protegeram do racismo brasileiro. Em uma passagem muito marcante, ele comentou uma situação

embaraçosa em que se encontrou, justamente por ser o embaixador que representava a falácia da democracia racial em um país extremamente racista. Dantas foi convidado para um jantar na Universidade de Gana pelo “renomado professor O.A.”, juntamente com Vivaldo Costa Lima⁸, que o ajudou como intérprete do inglês para o português. Ele contou que em certa altura do encontro, um estudante que depois se tornou seu professor de inglês, Kwesi Enu Ansah:

Formulou-me uma pergunta que Vivaldo Costa Lima, servindo de intérprete, vacilou em traduzir: - “Não há discriminação racial no Brasil?”. A presença do Embaixador negro não lhe parecera talvez prova da inexistência da discriminação racial – e se assim pensou tinha razão. Nem a presença do Embaixador negro nem a mistura de brancos e pretos, na guarnição do “Custódio de Melo”, que dissera ele haver visitado, quando em passagem do navio brasileiro pelo porto de tema. Esperou minha resposta como se a sorte de alguma coisa que lhe fosse muito cara dependesse do que lhe dissesse eu. Em condições diferentes, sem a responsabilidade de que estava e continuo investido, seria fácil dar uma resposta. Dissesse o que dissesse, na qualidade de simples cidadão, representaria a opinião de um homem comum, entre setenta e sete milhões de brasileiros. – “Não precisa responder” – fizera, diante do meu franzir de sobrolho. E não voltou mais ao assunto. Eu, porém, quisera lhe pintar o quadro exato, sem tirar nem acrescentar, revelando-lhe a verdadeira fisionomia do meu país, nesse particular (Idem, p. 39).

Sua sensação de dever, por ocupar o lugar que o ocupava, o impediu de dizer o que realmente gostaria sobre o racismo no Brasil. Entretanto, através do diário, ele desabafou e denunciou o que sofreu do Itamaraty. Mesmo sem citar nomes, escreveu sobre os obstáculos que lhes eram impostos e como todos dificultavam seu trabalho, por ser negro. A título de exemplo, apontou que ficou dez meses sem secretário, em completo abandono do Ministério das Relações Exteriores. Seu sofrimento foi relatado em vários momentos, assim como o sentimento de solidão e desamparo. Ele inclusive escreveu sobre persuadir seu filho a desistir da carreira de diplomata que almejava, para que este não sofresse com o racismo da instituição (Idem, p. 40).

Uma das poucas pessoas que ele citou e qualificou, tecendo algumas críticas e mostrando um relacionamento tenso, foi Vivaldo da Costa Lima. A convivência com ele foi constante, e seu nome apareceu diversas vezes no diário. Outra pessoa que ele expressou não possuir grande estima foi o famoso etnólogo Pierre Verger ((Idem, p. 77; p.94).

Sua escrita não era linear, ia e voltava no tempo algumas vezes, contando algumas situações, como o contexto de sua nomeação por Jânio Quadros e a visita do navio-escola da Marinha, Custódio de Melo, que visitou diversos países na costa ocidental africana em 1961. Sobre seu cotidiano, descreveu eventos

⁸ Vivaldo da Costa Lima foi um antropólogo, professor da Universidade Federal da Bahia e um dos primeiros pesquisadores do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA (CEAO-UFBA). Exerceu a função de Adido Cultural da embaixada brasileira em Accra no mesmo período em que Raymundo de Souza Dantas trabalhou. Neste tempo, realizou importantes e pioneiras pesquisas sobre o continente africano.

que compareceu, pessoas que conheceu, como pan-africanista W. E. du Bois. Também falou de livros que leu, como “Os Condenados da Terra”, de Franz Fanon, que considerou muito violento e assustador. Dantas exerceu um lado pesquisador, e descreveu diversos aspectos da cultura Akan. Falou de suas divindades, vocabulário e dos Agudás, brasileiros de descendência africana e africanos que retornaram à África no período da Abolição da escravidão no Brasil. Ele viajou por algumas regiões colhendo histórias, em especial de Francisco Félix de Souza e sua família, a quem dedicou a última parte do diário. Ele foi o primeiro Xaxá, título do governante da região, e sua família ainda exercia poder e influência a época de Dantas.

No dia 05 de abril de 1963, ele escreveu sobre uma importante decisão:

Decisão de deixar o posto. Espero fazê-lo em agosto. Impossível ficar mais tempo. As divergências são grandes. Seria inútil permanecer. Não concordo em que sejamos apenas informantes. Nossa presença deveria ser marcada pela agressividade, através uma ação positiva. Da maneira que vamos, transformamo-nos numa repartição puramente burocrática. Para que serve a presença do Embaixador? Apenas para mostrar-se nos coquetéis e nas recepções? (Idem, p. 90).

Raymundo de Souza Dantas aguentou permanecer no cargo o máximo possível. Mas além do racismo, dos conflitos com sua equipe, frustração em não conseguir desenvolver seus projetos, do isolamento e solidão; a insegurança política em Gana estava preocupando-o. Na semana anterior, ele havia relatado sobre os atentados contra Nkrumah, o presidente de Gana, e alguns atos de terrorismo.

Sua frustração em exercer um cargo meramente decorativo foi expressa no dia 05 de maio de 1963, ao relatar seu encontro com Amílcar Cabral e Mario de Andrade, líderes do M.P.L.A. Mario de Andrade teceu críticas ao posicionamento do Brasil perante a ONU acerca das independências das então colônias portuguesas. Como já foi citado neste artigo, o país votou a favor de Portugal. Dantas, mais uma vez, se viu decepcionado por não poder tomar alguma ação ((Idem, p. 91).

Seu derradeiro registro no diário foi sobre seu pedido de exoneração e retorno para o Brasil. Ele não registrou a data, mas antes disso, havia feito um último comentário em 10 de junho. Nesta última anotação, Dantas novamente expressou sua decepção, dor e sofrimento, e encerrou dizendo que “a verdade é que tudo não passou de um drama, que infelizmente não sei se o poderei dar aqui como encerrado para sempre” ((Idem, p. 96). Em seguida, há série de fotos legendadas sobre sua experiência como embaixador.

Este segundo capítulo do livro destoa dos outros não só por ser muito maior, mas por mostrar sentimentos e emoções que nos demais são muito mais comedidas. A princípio, o autor buscou não se comprometer com críticas, e escrever um diário mais informativo sobre sua experiência, buscando construir conhecimento sobre continente africano. Contudo, ao longo desta segunda parte, Dantas foi mostrando um lado não premeditado do diário, com suas feridas, traumas e cicatrizes expostas. Aqui, a função de um diário íntimo, que guarda confidências, foi preenchida, e sua decisão de mostrá-las para o mundo

e denunciar o racismo do Itamaraty, ainda mais no contexto da ditadura, foi, sem dúvida, um ato de coragem.

A terceira parte, *Presença brasileira: ontem e hoje*, é ao mesmo tempo um fechamento da segunda sessão e uma introdução da quarta. Explicou quem foram os Agudás e citou o objeto de sua pesquisa, o fundador de uma das maiores famílias de Agudás, Francisco Félix de Souza.

Por fim, ele encerrou o diário com *Participação política*. Ali, narrou sua pesquisa sobre pessoas que retornaram ao continente africano após o fim da escravidão, descreveu algumas dessas famílias e citou bibliografias sobre história da África. Dantas tentou mostrar que os Agudás eram diferenciados dos demais grupos africanos, e que isso era devido a cultura brasileira. Sua intenção, ao representar estas famílias como donas de prestígio e poder, foi valorizar a influência brasileira e mostrar sua importância no passado e no presente (no contexto em que ele estava inserido na década de 1960).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou mostrar o processo de estabelecimento dos primeiros laços diplomáticos do Brasil e o continente africano no século XX através das lentes de um dos principais personagens deste momento, o primeiro embaixador do Brasil em África, e não por coincidência, o primeiro negro embaixador do Brasil, Raymundo de Souza Dantas. Outro ator importante foi o então presidente Jânio Quadros, que elaborou e executou o plano da Divisão África no Itamaraty, e o nomeou embaixador. Entretanto, sua renúncia ao governo foi um grande baque para o projeto, que perdeu fôlego, e para o embaixador, que perdeu seu principal suporte nesta empreitada.

Conhecer este contexto utilizando como principal fonte o diário de Souza Dantas propiciou ajustar o foco do jogo de escalas (REVEL, 1998). Do mundo abstrato e abrangente de uma política externa única traçada para um continente, para os problemas reais e o cotidiano de uma só pessoa, que participou de todo o processo.

Apesar dos cuidados e metodologia para a análise de um diário como um documento, ainda mais um diário intencionalmente publicado pelo autor, o olhar do mesmo sobre sua missão diplomática nos ajudou enxergar o contexto por um outro viés, para além do institucional, que seria o que as fontes oficiais do Itamaraty iriam mostrar. Através do diário, e do corajoso tom de denúncia que ele tem, é possível tomar conhecimento do racismo da instituição neste seu momento de contradição, em que buscava demonstrar e propagar a democracia racial brasileira por todo mundo.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia; LOHN, Reinaldo. Introdução. In: AREND, Silvia (Ogr). *Um país impresso: História do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980*. Curitiba: Editora CRV, 2014.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998.

COSTA e SILVA, Alberto da. A história da África e sua importância para o Brasil. In: *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. *Patrimônio e Memória: UNESP – FCLAs – CEDAP*, v.3, n.1, 2007.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013.

DANTAS, Raymundo Souza. *Um começo de vida (depoimento biográfico)*. Campanha de educação de adultos. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: 1949.

DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil (Missão Condenada: Diário)*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

D'ÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DÖPCKE, Wolfgang. “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 41, nº 1, 1998, p. 132-160.

DÖPCKE, Wolfgang (Org). Crises e reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos. Brasília: *Linha Gráfica*, 1998.

FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

KARNAL, L; TATSCH, F. G. Documento e História. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, out de 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Bras. Polít. Int.* vol. 1, n. 48, 2005, p. 24-59.

MACHADO, Thales Crescencio Wisinski. *As relações Brasil-África da Política Externa Independente nas visões de Abdias do Nascimento e Raymundo Dantas*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, p. 21.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2ª edição, 1960.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. 2010. 235f. Dissertação

(Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2001.

PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). *Rev. Bras. Polít. Int.* 44 (1): 69-93 [2001].

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 39, janeiro-junho de 2007.

PENNA FILHO, Pio. *A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo*. Trabalho apresentado no II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais”, 2009.

_____; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.

PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

PRADO, J. F. Almeida. “A Bahia e as relações com o Daomé”. In: PRADO, J. F. Almeida (Ed.). *O Brasil e o colonialismo europeu*. ed. J. F. Almeida Prado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

RAMPINELLI, Waldir José. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. *Revista Lutas Sociais*, v. 17/18, 2007.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio. Vargas, 1998.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. *Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP*. Leviathan, n. 1, 2004, p. 99-117.

_____. *Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-Guerra Fria*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n. 35, fev. 2010, p. 55-79.

_____. *Brasil-África: notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005)*. *Afro-Ásia*, n. 35, 2007, p. 281-314.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

ROUSSO, Henry. *A História do Tempo Presente, vinte anos depois*. In: PÔRTO JR, Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

_____. *Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990*. *Rev. Bras. Polít. Int.* Vol. 46, n. 2, 2003, p. 113-137.

_____. *Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano*. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n. 3, 2003, p. 517-555.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil: 1959-1987*. Curitiba: CRV, 2016.

SOUZA, Arivaldo S. de. Racismo institucional: para compreender o conceito. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 3 – jan. de 2011, p. 77-87.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.